



O método de depreciação e a vida útil dos bens classificados no grupo Equipamentos de Fiscalização de Trânsito, são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente.

2.2.8. Intangível Líquido

Software: São todos os sistemas, programas, pacotes e licenças compradas para utilização na companhia, em prol de toda sua atividade operacional.

Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

2.2.9. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

2.2.12. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (‘pro rata temporis’).

2.2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados e registrados com base no lucro real anual, em que a tributação é calculada sobre o lucro líquido obtido durante o período de apuração, adicionados ou descontados outros valores conforme as compensações permitidas pela lei.

A alíquota do IRPJ é de 15%, a ser aplicada sobre o lucro real apurado, com um adicional de 10% sobre a parcela que exceder o valor de R\$20 mil multiplicado pelo número de meses do respectivo período de apuração. A alíquota da CSLL é de 9% sobre a base de cálculo, sem adicional.

Os impostos e as contribuições incidentes sobre as receitas de serviços prestados aos órgãos públicos estão sendo recolhidos em observância às legislações pertinentes.

2.2.14. Ativos e Passivos contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

***Ativos Contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;

***Passivos Contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

***Obrigações Legais:** são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.15. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços é reconhecida no resultado tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço, sendo cumprida a exigência da norma brasileira de contabilidade NBC T 19.30 formalizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 30, em consonância com o CPC 17. Com relação aos contratos de prestação de serviços, as receitas são reconhecidas em função dos benefícios econômicos que serão gerados, sendo mensurados de forma confiável e confrontados com os custos de implantação, na fase de preparação da infraestrutura para a prestação dos serviços. Os custos dos serviços prestados e as demais despesas operacionais são reconhecidas à medida que incorridos.

3. Caixa e equivalentes de caixa.

Descrição	2.022	2.021
Caixa	24.566	23.474
Bancos	483.590	423.426
Aplicações financeiras (a)	86.764	3.597.140
Total	594.920	4.044.040

(a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. Contas a Receber de Clientes.

São demonstradas pelos direitos, valores de serviços faturados e por serviços já executados e pela prestação de serviços que foram medidos:

CIRCULANTE			
Descrição	2.022	2.021	
GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transp.	37.235.605	37.325.656	
ANTT – Ag. Nacional de Transp. Terrestres	1.061.110	1.103.495	
Prefeitura Municipal de Araguaína	577.086	577.086	
DNIT - Depart°. Nac.de Infra-Est.de Transportes	5.382.106	4.996.837	
K-INFRA Rodov. Do Aço S/A	41.294	47.384	
Consórcio Rodogestão	590.200	590.200	
Prefeitura Municipal Goianésia	9.491	-	
Concessionário Rota do Oeste	144.424	-	
Concessionária Rio Teresópolis	-	27.948	
Eco 135 Concessionária	50.984	50.847	
EMDEC	19.953	-	
EcoRodovias Concessões e Serviços	23.270	29.224	
Outros Clientes a Receber	1.319.808	1.307.172	
Total	46.455.332	46.055.849	

NÃO-CIRCULANTE

Descrição:	2.022	2.021
Companhia de Transp. do Munic. de Belém-CTBEL(a)	15.775.588	15.775.588
Detran-GO (b)	16.500.000	16.500.000
Secretaria da Fazenda PE (c)	831.973	831.973
Outras contas (d)	1.719.202	1.719.202
Total	34.826.763	34.826.763
Total Contas a Receber	81.282.095	83.953.416

(a) A Companhia propôs ação ordinária em face da empresa Companhia de Transportes do Município de Belém, no valor principal de R\$ 2.368MM requerendo o pagamento da quantia. Após os trâmites legais, a ação foi julgada e sentenciada, condenando a requerida ao pagamento do valor. Posteriormente a Requerida interps recurso de apelação, visando a reforma da sentença, a qual a Companhia foi favorecida, o valor da sentença atualizada com juros moratórios mensais de 1% + INPC nos termos da condenação será de R\$ 15.775MM;

(b) Direitos em Ação judicial em face do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN, no valor principal de R\$1.735.788,50 atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora desde setembro de 2002. Após os trâmites legais, a ação foi julgada e sentenciada, condenando a requerida ao pagamento do valor.

(c) Ação judicial em face do ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DA FAZENDA, com Acordo Judicial celebrado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco no processo Número: 0011959-38.2017.8.17.2001 para pagamento via precatório.

(d) Os valores em aberto correspondem à valores a receber do Consórcio Sanefer.

5. Estoques

Descrição	2.022	2.021
Estoques Diversos	2.002.294	2.002.784
Total	2.002.294	2.002.784

Em 31 de dezembro de 2022, os estoques estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras. Esses produtos estocados são para atender a contratos de implantação, manutenção, e consumo na atividade operacional e administrativa da Companhia.

A empresa mantém parte do estoque em depósito fechado, tendo em 31.12.2022, o saldo em estoque na filial no valor total de R\$1.170.179 controlados em contas transitórias ativo x passivo.

6. Investimentos da Controladora.

6.1. Composição

A composição dos investimentos da Companhia é assim representada:

Descrição:	2.022	2.021
Investimentos em SCP e Outras Empresas	914.845	906.010
Investimentos em controladas	1.023.499	1.023.499
Investimentos em Pequenas Centrais Hidrelétricas	109.341	109.341
Outros Investimentos em Consórcios de bens	123.915	256.884,31
Total	2.171.600	2.295.735

6.1.1. Principais informações sobre as participações em sociedades em conta de participação e em outras empresas:

Controladas	Part. Percentual	2.021	2.021	Acréscimo	Redução	Equiv. Patrim. (b)	2.022
	2.021	2.021	2.021				
SCP Agestop LT 01	50%	1	-	-	-	-	1
SCP DNIT LT 12	16,67%	115.023	-	-	-	-	115.023
ARRODEADOR ENERGETICA S/A	30%	1.023.499	-	-	-	-	1.023.499
OBRAS DE ARTE	-	6.085	-	-	-	-	6.085
PCH – PEQUENAS CENTRAIS HID	-	109.341	-	-	-	-	109.341
CONSORCIO DTF VELISIS	65%	8.238	-	-	-	-	8.238
CONSORCIO DTF MOBIT	50%	230.248	-	-	-	-	230.248
CONSORCIO DTF STRATA PAT TRAFFIC	50%	552.500	-	-	-	-	552.500
CONSORCIO BRADESCO	-	198.680	-	198.680	-	-	-
CONSORCIO ADEMICON	-	-	39.235	-	-	-	39.235
CONSORCIO RODOBENS	-	52.060	32.620	-	-	-	84.680
CONTA CAPITAL	-	59	2.691	-	-	-	2.750
Total		2.295.735	74.546	198.680		-	2.171.600

7. Imobilizado Líquido

É composto por:

Edif/Instalações/ Terrenos	Veículos	Móveis e Utensílios	MaqEquip. Outros	Equipamentos em operação	Imob. Em andamento	Imobilizado Total
----------------------------	----------	---------------------	------------------	--------------------------	--------------------	-------------------

Saldos em 31/12/2021	2.095.364	124.803	233.947	1.837.339	3.364.482	11.085.497
Aquisição	-	-	-	29.889	1.077.063	1.258.515
Baixas / Transferência	-	-	-	(2.798)	(1.077.063)	(1.079.861)
Depreciação / exaustão / amortização	(97.653)	(32.600)	(44.283)	(656.453)	(1.373.952)	(416.051)
Saldos em 31/12/2022	1.997.711	92.203	189.664	1.207.977	3.067.593	9.750.111

Os investimentos na implantação de equipamentos estão registrados na conta de Imobilizações em andamento.

8. Intangível

Marcas e Patentes	Softwares	Outros	Intangível Total	
			2.022	2.021
Saldos em 31/12/2021	2.322	591.564	402.571	996.457
Aquisição	-	15.232	-	15.232
Baixas / Transferência	-	-	-	-
Depreciação / exaustão / amortização	(424)	(298.108)	-	(298.532)
Saldos em 31/12/2022	1.898	308.688	402.571	713.157

9. Empréstimos e Financiamentos.

CIRCULANTE:

Banco	Tipo	31/12/2022	31/12/2021	Tx Ef. a.m	Vencimento
Banco do Brasil S.A Cont. 338.804.262	Cap. De Giro	-	1.827.446	0,81%	10/12/2023
Banco Itaú Unibanco	Especial	-	79.880	1,05%	02/01/2022
Banco BS2	Cap. De Giro	1.351.201	823.592	0,80%+CDI	01/07/2023
Banco Secoviced Contr. 276.227	Cap. Giro	10.401.466	-	2,30%	10/01/2023
Banco do Brasil Cont. 338.802.442	-	-	2.128.388	1,09%	10/01/2023
Banco Bradesco Cont. 14170775	Cap. De Giro	833.891	201.219	0,73%	01/09/2024
Banco Itaú Cont. 1690072929	Cap. De Giro	2.693.092	3.011.831	0,98%	18/08/2025
Banco Itaú Cont. 468640081	Cap. De Giro	263.478	287.430	0,98%	21/11/2023
Banco do Brasil Cont. 338.804.589	Cap. De Giro	-	640.488	1,12%	25/08/2023

(-) Juros a Transcorrer	(2.100.425)	(2.917.679)		
Total	13.442.702	6.082.595		

NÃO-CIRCULANTE:

Banco	Tipo	31/12/2022	31/12/2021	Tx Ef. a.m	Vencimento
Banco do Brasil S.A	Cap. De Giro	-	-	0,76%	01/11/2021
Banco BS2	Cap. De Giro	2.687.792	2.950.398	0,80%+CDI	01/07/2023
Banco do Brasil S.A	Cap. De Giro	-	2.778.131	0,81%	10/12/2023
Cont. 338.804.262					
Banco do Brasil	Giroflex	-	-	0,97%	25/02/2021
Cont. 338.802.431/432/433					
Banco do Brasil	Cap. De Giro	-	2.642.252	1,09%	10/12/2023
Cont. 338.802.442					
Banco Bradesco	Cap. De Giro	620.841	2.089.016	0,73%	01/09/2024
Cont. 14170775					
Banco Itaú Cont. 1690072929	Cap. De Giro	6.982.637	8.761.516	0,98%	18/08/2025
Banco Itaú Cont. 468640081	Cap. De Giro	-	263.477	0,98%	21/11/2023
Banco do Brasil	Cap. De Giro	-	385.787	1,12%	25/08/2023
Cont. 338.804.589					
(-) Juros a Transcorrer		(1.634.762)	(2.340.240)		
Mútuos Pessoa Física	Mútuo	-	409.251		
(-) Juros a Transcorrer		-	(54.288)		
Total		8.656.508	17.885.300		

Os veículos e equipamentos adquiridos através de leasing e financiamentos, são utilizados na prestação dos serviços realizados pela Companhia.

Houve no ano de 2022 o encerramento antecipado dos contratos do Banco do Brasil.

9.1. Outras Contas a Pagar

Descrição	2.022	2.021
Mútuos PF	7.521.692	-
Mútuos PJ	1.075.826	-
(-) Juros a Transcorrer	(2.756.593)	-
Outras Obrigações (a)	224.191	333.964
Total	6.065.117	333.964

(a) O valor de outras obrigações corresponde a saldo de aluguéis a pagar, cheques não compensados e condomínio a incorrer no período.

10. Impostos Diferidos

Descrição	2.022	2.021
IRPJ Diferido	1.688.508	1.688.508
CSLL Diferida	575.490	718.960
COFINS Diferido	1.543.724	2.005.083
PIS Diferido	444.621	444.361
ISS Diferido	522.117	532.857
Outros Tributos Diferidos (a)	4.552.279	4.552.279
Total	9.323.740	9.942.050

Os impostos e as contribuições incidentes sobre as receitas de serviços prestados aos órgãos públicos estão sendo recolhidos em observância às legislações pertinentes, que possibilitam o recolhimento dos mesmos com base nos valores efetivamente recebidos. Sobre os valores das receitas apropriados em função da medição dos serviços prestados e os da implantação das faixas, os tributos são provisionados de acordo com o regime de competência e estão refletidos acima.

(a) Diz respeito a 34% de IR/CS sobre variação monetária referente termo de condenação/sentença CTBEL das atualizações de juros mensais de 1% + INPC sobre 13 milhões.

11. Depósitos Judiciais e Provisão para contingências.

Depósitos judiciais	Provisões para Contingências Passivas	
	2.022	2.021
Contingências trabalhistas e previdenciárias	50.000	0,00
Total	50.000	0,00

(a) Provisões conforme relatório da área Jurídica sobre processos trabalhista e cível.

12. Patrimônio líquido.

12.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 54.529.291,47 e é composto por 1.318.299 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

13. Reservas e Dividendos.

13.1. Reservas Legais

Como forma de assegurar a integridade do capital social, foi constituída reserva legal equivalente a cinco por cento do resultado positivo obtido no exercício corrente, conforme artigo 193 da lei nº 6.404/76.

13.2. Reservas de lucros

Constituem-se essas reservas quando da absorção dos resultados negativos de outros exercícios, sejam eles prejuízos, ou ajustes devedores de períodos anteriores, logo após a destinação da Reserva Legal. Porém podem ocorrer Reservas de Lucros a Realizar de acordo com artigo 197 da lei nº 6.404/76 e suas alterações, que estatui: “No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do artigo 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar”. Sendo que as parcelas do lucro líquido que exceder esta soma são os: Resultado de Equivalência Patrimonial, lucro, ganhos ou rendimentos em operações, ou contabilização de ativo e passivo pelo valor justo, cujo prazo de realização ocorra após o término do exercício social seguinte.

14. Receitas, Custos e Despesas.

14.1. Receitas e Custos:

As receitas da venda de serviços são reconhecidas pela medição conforme prestação dos serviços nas obras já implantadas, e as receitas em implantação foram apropriadas ao resultado do período mediante o andamento dos custos orçados para os contratos em fase de implantação das obras. O reconhecimento está de acordo com os CPC's 17 e 30 – Receitas – itens correspondentes a prestação de serviços através de contratos. Os custos de prestação de serviços e de implantação das obras são reconhecidos na medida em que são incorridos.

Descrição:	2.022	2.021
Receita bruta de vendas	13.470.942	40.411.111
(-) Tributos/ Custos	(10.590.186)	(26.312.121)
(=) Lucro Bruto	2.880.755	14.098.997

14.2. Despesas Operacionais e Resultado Financeiro

As despesas são apropriadas ao resultado pelo regime de competência e são necessárias ao apoio administrativo e a busca de novos negócios – comerciais. Os encargos financeiros são apropriados aos empréstimos conforme custo dos recursos financeiros “pro rata” dia, pelo regime de competência e a tributação é pela sistemática do Lucro Presumido, através do fluxo de Caixa das receitas recebidas. Dentro de outras receitas e despesas são registrados os resultados de Equivalência Patrimonial e outros resultados eventuais.

Segue abaixo quadro demonstrativo:

Descrição:	2.022	2.021
(+/-) Despesas e (receitas) operacionais:		
Administrativas, comerciais e gerais	(7.846.023)	(8.750.750)
Tributárias	(94.255)	(67.499)
Resultado financeiro (a)	(7.240.400)	(3.956.904)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(36.230)
Outras receitas operacionais	55.255	254.166
(=) Resultado antes das provisões tributárias	(12.244.667)	1.541.780
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes	(-)	(-)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	4.163.187	(-)
(=) Lucro (Prejuízo) antes das participações	(8.081.480)	1.541.780